



Índice

- 01** [Indígenas fazem protesto pedindo saída do diretor da Sesai em MS](#)
- 02** [Índios iniciam onda de protestos contra massacres](#)
- 03** [Indígenas se preparam para resistir a desocupação de fazenda em Aquidauana](#)
- 04** [PF pede apoio até do Exército para retirar índios de fazenda em Aquidauana](#)
- 05** [O MDS tem 10 dias para responder à Recomendação e apresentar as medidas adotadas. Caso o documento não seja aceito, medidas judiciais podem ser ajuizadas.](#)
- 06** [Dilma vai receber índios, MST, evangélicos e movimento negro nos próximos dias](#)
- 07** [Plenário: Jayme Campos critica ampliação de terras indígenas no Mato Grosso](#)
- 08** [Weverton Rocha requer audiência para discutir demarcação de terra indígena no Maranhão](#)

Indígenas fazem protesto pedindo saída do diretor da Sesai em MS

SÍTIO SINDROLÂNDIA NEWS, 03.07.2013

Cerca de 100 pessoas de várias etnias se reuniram no prédio do órgão. Diretor diz que não estava no local porque cuidava de problemas pessoais.



Um grupo de indígenas protestou pela melhoria do atendimento nas aldeias, durante a tarde desta quarta-feira (3), em Campo Grande. Cerca de cem pessoas de várias etnias se reuniram no prédio do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul exigindo a substituição o chefe do da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) no estado, Nelson Olazar, que não estava no local porque, segundo ele, tratava de problemas pessoais.

“Falta estrutura, falta de combustível. Isso tem tornado precário o atendimento”, disse ao G1 o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul, o guarany-kaiwá Fernando Souza.

O terena Ponciano Dias Cardoso, 67 anos, da aldeia Limão Verde em Aquidauana, a 143 km de Campo Grande, fala que há casos de indígenas morrendo nas aldeias. “Nossa saúde está precária. Está morrendo gente sem atendimento. Tem o dinheiro, mas onde está ele?”, questionou.

Como não conseguiram contato com Olazar, os indígenas entraram no prédio do Distrito Sanitário para tentar falar por telefone com a chefia da Sesai em Brasília para repassar as reivindicações. Uma carta com as exigências do grupo foi escrita. Não há informações para onde ela será encaminhada.

Olazar disse ao G1 que não compareceu ao local da manifestação porque estava tratando de assuntos particulares. De acordo com ele, existe um projeto de médio a longo prazo para resolver as questões de infraestrutura nas aldeias. Segundo ele, a realização do projeto é gradativa e não é possível fazer todas as mudanças no período de um ano.

Sobre as reivindicações de que a secretaria possui dinheiro e não investe em ações nas aldeias, Olazar disse que a Sesai tem o papel de atenção básica e os exames devem ser feitos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com Olazar, a Sesai vai até a aldeia, identifica os problemas, trata e encaminha os indígenas para atendimento qualificado.

Fonte: G1/MS

REPORTAGEM: José Pereira DRT/MS 1163

Índios iniciam onda de protestos contra massacres

SÍTIO O PROGRESSO, 03.07.2013

Eles fazem Aty Guassu em várias cidades de Mato Grosso do Sul de hoje até o dia 20. Comunidade cobra Justiça.



Indígenas fazem onda de protestos a partir de hoje em Mato Grosso do Sul (Foto : Hédio Fazan)

Indígenas das etnias Guaraní kaiuás iniciam onda de manifestações hoje em Mato Grosso do Sul. O objetivo é cobrar Justiça em relação aos assassinatos ocorridos em Mato Grosso do Sul, que segundo o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) é o Estado onde mais se mata índios em todo o País. A comunidade também reivindica celeridade nos processos de demarcação de terras, a punição de fazendeiros acusados de matar índios, e o esclarecimento de crimes contra indígenas no Estado.

Hoje a comunidade recomeça manifestação pacífica pela demarcação de terras tradicionais, e julgamento dos fazendeiros acusados de assassinatos, assim como a prisão de envolvidos nos crimes.

Nos dias 05 e 06, acontecem manifestações no município de Rio Brilhante abrangendo a região. Neste movimento, os indígenas vão relembrar e prestar homenagem à luta do líder da Aty Guasu José Barbosa Almeida (Zezinho) que morreu atropelado em julho de 2012.

CONT.



Em Dourados os protestos acontecem entre 20 e 28 deste mês. Na ocasião a comunidade vai cobrar Justiça e celeridade nos processos de demarcação. Em carta aberta para a sociedade, a comunidade indígena destaca nomes de lideranças assassinadas supostamente por fazendeiros no Conesul do Estado.

Eles também informam o sofrimento da comunidade frente ao suposto descaso do poder público para os povos indígenas. "Nós lideranças Guarani-Kaiowá, mais de duas décadas constatamos, ouvimos e sentimos a humilhação, o constrangimento e a dor permanente das violências praticadas pelos fazendeiros contra nossas comunidades e lideranças da Aty Guasu Guarani-Kaiowá.

De fato, milhares Guarani-Kaiowá desesperados choram a dor permanente da memória da expulsão de seus territórios tekoha, dos assassinatos e da crueldade praticada pelos fazendeiros do Cone Sul de Mato Grosso do Sul. Casos de: prisões ilegais das lideranças por lutar pela demarcação de terra; demora na demarcação de terras indígenas, práticas de racismo, discriminação e preconceito via pôster público; ameaça de atropelamentos; tentativas de assassinatos; mortes nos acampamentos à beira das rodovias por atropelamento; ameaças verbais; impedimentos de ir e vir com cercas ilegais; tiros com armas de grosso calibre aterrorizando nossas crianças e mulheres; familiares desaparecidos em ataques; envenenamentos dos córregos, rios e de pessoas e assassinatos contínua de nossas lideranças cujos assassinos andam livre e continuam praticando violências contra indígenas a luz do dia e seguem impunes pela justiça brasileira(...)".

Em outro trecho da carta os indígenas alertam para os assassinatos que estão gerando verdadeiro massacre na comunidade.

"(...) Importa destacar que esse genocídio e o etnocídio silencioso dos indígenas de Mato Grosso do Sul em curso permitido pelo governo e justiça do Brasil que há décadas massacra nossas vidas e irriga ou banha nossas terras tradicionais com o nosso sangue indígena(...)".

A carta também destaca líderes assassinados e que não tiveram os casos esclarecidos como Marçal de Souza. O crime prescreveu e os assassinos estariam soltos. Marçal Tupã'i teria sido assassinado por pistoleiros em Antonio João.

"Nesta área a terra indígena já foi homologada pelo presidente da República do Brasil em 2005, mas os indígenas não usufruem e reocupam o tekoha, enquanto os fazendeiros continuam explorando a terra indígena homologada", destaca trecho da carta.

O grupo também destaca o assassinato de indígena Dorvalino Rocha em Antonio João, há 8 anos. Segundo a comunidade os assassinos não foram julgados. Os autores seriam equipes de segurança particular contratada por fazendeiros, no dia 26 de dezembro de 2005.

Há 13 anos a comunidade também busca esclarecer assassinato de Samuel Martins, em que os assassinos não foram julgados. Ele foi morto durante a retomada de tekoha Ka'a Jari, no município de Amambai.

REPORTAGEM: VALÉRIA ARAÚJO, do Progresso



Indígenas se preparam para resistir a desocupação de fazenda em Aquidauana
SÍTIO REGIÃO NEWS, 03.07.2013

A Polícia Federal está organizando a operação de despejo, mas ainda não há uma data definida para realizar a retirada dos índios.

Cerca de 1,2 mil indígenas da etnia terena continuam na Fazenda Esperança no Distrito de Taunay, em Aquidauana, a 130 quilômetros de Campo Grande. Mesmo com o prazo de desocupação vencido desde a última quinta-feira (27), os terenas garantem que não irão sair do local e se preparam para o possível confronto com os policiais federais e da Tropa de Choque.

O índio Pedro Terena afirmou que estão aguardando uma possível negociação com as autoridades e os proprietários para permanecerem nas terras. Todos os dias eles se reúnem e ficam na expectativa por uma decisão favorável, caso seja contrária pode haver um novo confronto. "Não vamos sair das nossas terras e estamos prontos e preparados para lutarmos", garante Terena.

O movimento da comunidade terena já rebatizou a fazenda com o nome "Aldeia Nova Esperança", e as sete aldeias da região aguardam a posse definitiva da propriedade. A propriedade tem uma área de 33 mil hectares que é reivindicada pelos terenas.

A Polícia Federal está organizando a operação de despejo, mas ainda não há uma data definida para realizar a retirada dos índios. A Funai (Fundação Nacional do Índio), juntamente com o Ministério Público Federal recorreram da decisão, mas não houve julgamento do recurso contra o despejo.

Histórico

No dia 30 de maio deste ano, durante a desocupação da Fazenda Buriti, em Sidrolândia, o índio Oziel Gabriel, 32 anos, foi baleado e morreu no hospital. A Polícia Federal abriu inquérito para descobrir quem foi o autor do tiro que matou o indígena. A Força Nacional também deve reforçar a operação de desocupação em Aquidauana, que deverá contar ainda com a Tropa de Choque da PM.

FONTE: MIDIAMAX



PF pede apoio até do Exército para retirar índios de fazenda em Aquidauana
SÍTIO REGIÃO NEWS, 03.07.2013

Os indígenas ocupam a área desde 31 de maio. Segundo a assessoria da PF, a operação está em fase de planejamento.

A Polícia Federal continua sem data definida para cumprir o mandado de reintegração de posse da Fazenda Esperança, em Aquidauana – a 143 quilômetros de Campo Grande, e retirar os índios do local. Segundo o advogado dos proprietários, a corporação espera contar até com a ajuda do Exército para realizar o despejo. No entanto, a informação não é confirmada oficialmente.

Os indígenas ocupam a área desde 31 de maio. Segundo a assessoria da PF, a operação está em fase de planejamento. A ação da PF se dá depois que o advogado do proprietário da Fazenda Esperança, Niumom Chaves Júnior, cobrou da Justiça Federal o cumprimento da reintegração. A própria Justiça Federal expediu o mandato que venceu na última quinta-feira (27), mas até agora nada foi resolvido.

Segundo Niumom, a PF informou que enviou um ofício ao juiz federal Renato Toniasso solicitando apoio de outras forças policiais e do Exército Brasileiro por não ter efetivo o suficiente para o cumprimento do pedido. A PF não confirma a informação.

Prazos

O pedido para que a PF cumpra a reintegração foi emitido pela própria Justiça Federal na manhã de segunda-feira (1º). O ofício determina que a PF organize uma operação policial para retirar os índios da Fazenda Esperança, ocupada pelos terenas desde 31 de maio. Os terenas disseram que vão continuar na terra. “Não vamos sair, esta área é nossa. Já foi comprovado que é nossa e vamos resistir”, disse o cacique Isaías.

O índio Pedro Terena afirmou que estão aguardando uma possível negociação com as autoridades e os proprietários para permanecerem nas terras. Todos os dias eles se reúnem e ficam na expectativa por uma decisão favorável, caso seja contrária pode haver um novo confronto. “Não vamos sair das nossas terras e estamos prontos e preparados para lutarmos”, garante Terena.

O movimento da comunidade terena já rebatizou a fazenda com o nome “Aldeia Nova Esperança”, e as sete aldeias da região aguardam a posse definitiva da propriedade. A propriedade tem uma área de 33 mil hectares que é reivindicada pelos terenas.

FONTE: MIDIAMAX



O MDS tem 10 dias para responder à Recomendação e apresentar as medidas adotadas. Caso o documento não seja aceito, medidas judiciais podem ser ajuizadas.
SÍTIO REGIÃO NEWS, 03.07.2013

O MDS tem 10 dias para responder à Recomendação e apresentar as medidas adotadas. Caso o documento não seja aceito, medidas judiciais podem ser ajuizadas.

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso do Sul encaminhou Recomendação ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para que a instituição deixe de obrigar os índios a apresentar o CPF (Cadastro da Pessoa Física) para recebimento de cestas básicas.

Normas do MDS condicionam a entrega dos alimentos ao preenchimento de cadastro que possui como requisito obrigatório a identificação do número de CPF – documento que parte significativa dos indígenas não possui, seja por dificuldade de acesso aos órgãos públicos, seja pela resistência e lentidão dos cartórios na expedição da certidão de nascimento.

Para o Ministério Público Federal, os programas sociais são fundamentais para a segurança alimentar dos índios sendo uma violação à dignidade das populações indígenas condicionar o direito à alimentação à apresentação de um cadastro civil. “O exercício pleno da cidadania por estes grupos independe da lavratura de registro civil, sendo ilegítima a não concessão de quaisquer direitos por esse fundamento”.

Registro Indígena

Em Mato Grosso do Sul, o documento de identidade mais comum entre os índios é o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) emitido pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O RANI, instituído e regulado pela Lei nº 6.001/1973, é considerado “meio subsidiário de prova” na falta de registro civil (art. 13 da lei).

“O documento é oficial e válido em todo território nacional, de tal modo que não pode ser desconsiderado pelo governo na concessão de políticas públicas aos índios”, afirma o MPF. O órgão ministerial recomendou que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome aceite tanto o RANI quanto o Número de Identificação Social (NIS) na distribuição de cestas básicas.

O MDS tem 10 dias para responder à Recomendação e apresentar as medidas adotadas. Caso o documento não seja aceito, medidas judiciais podem ser ajuizadas.

FONTE: MPF/MS



Dilma vai receber índios, MST, evangélicos e movimento negro nos próximos dias
SÍTIO NE10, 03.07.2013

A presidente Dilma Rousseff continuará a receber movimentos sociais e organizações da sociedade civil para discutir as demandas apresentadas durante as manifestações que ocorreram no país. No entanto, segundo o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, nos encontros, a presidenta não deverá discutir pautas tradicionais dos movimentos, mas tratar da atual situação do país.

Na sexta-feira (5), Dilma vai se reunir com organizações ligadas ao campo, representadas por entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de quilombolas e pequenos agricultores.

Na próxima semana, será a vez dos povos indígenas, que têm reunião marcada com Dilma na quarta-feira (10). Segundo Carvalho, as principais entidades do setor deverão ser ouvidas. Ativistas da cultura digital, entidades e igrejas evangélicas e organizações que discutem a reforma política também serão recebidos no Palácio do Planalto na semana que vem.

Entrarão ainda na agenda presidencial encontros com representantes de organizações de mulheres e do movimento negro. "Será um ciclo novo [de reuniões] que a gente está abrindo, além das que já fizemos, sempre nessa perspectiva da importância de ouvir a sociedade, as demandas, aquilo que as ruas manifestaram e, a partir daí, tomar atitudes que o governo entender que são possíveis e que atendam às demandas sociais".

Carvalho disse que as audiências têm como foco tratar da atual situação do país e não discutir demandas tradicionais dos movimentos, que, segundo ele, já são encaminhadas pela Secretaria-Geral da Presidência.

"Este momento com a presidenta não é para discutir aquela pauta que eles tratam com a gente sempre aqui na secretaria. Todos esses movimentos, em geral, já têm diálogo com o governo, mesas permanentes. Mas é um momento da presidenta ouvir diretamente questões, opiniões, sugestões, análises do movimento sobre o momento nacional e, claro, apresentarem as suas demandas, que, na medida do possível, serão tratadas pelo governo", declarou o ministro.

Segundo Carvalho, a partir de agora, a presidenta Dilma Rousseff não fará apenas reuniões "episódicas" com a sociedade civil, mas manterá contato "oportunamente" com as organizações.

Nos últimos dias, Dilma recebeu representantes de entidades ligadas à juventude, direitos homossexuais, movimentos urbanos e de moradia, além do Movimento Passe Livre, que deu origem à onda de manifestações pelo país.

FONTE: Agência Brasil



Plenário: Jayme Campos critica ampliação de terras indígenas no Mato Grosso

SÍTIO SENADO FEDERAL, 03.07.2013

O senador Jayme Campos (PDT-MT) criticou, nesta quarta-feira (3), a política indigenista do governo federal, a qual, segundo ele, tem causado tensão social e clima de insegurança no campo.

O parlamentar lembrou que usa com frequência a tribuna para denunciar distorções e irregularidades nos processos de limitação das reservas, tarefa que deveria ser de competência do Congresso Nacional, em sua opinião.

O senador citou o movimento Grito de Apiacás, que promoveu o bloqueio da rodovia MT-206 em protesto contra a recente demarcação de terras da etnia Kayabi, no Norte de Mato Grosso. Segundo Jayme Campos, a nova delimitação foi feita a partir de um laudo antropológico fraudulento e resultou na ampliação de um milhão de hectares para apenas cem índios, incluindo terras que foram vendidas e tituladas legalmente pelo governo de Mato Grosso no início dos anos 60.

– As novas demarcações impedem a exploração do calcário na região. O norte de Mato Grosso está perdendo sua única jazida de calcário, que é relevante para a agropecuária regional. É notório que a Funai [Fundação Nacional do Índio] nunca ouviu a população de Apiacás e de Mato Grosso sobre a demarcação destas terras – protestou.

Em aparte, o senador Ivo Cassol (PP-RO) disse que os povos indígenas não precisam de mais terras, mas de autorização para explorar seus atuais territórios para que não precisem mais pedir esmola à Funai ou ao governo.

– Em Roraima, por exemplo, é proibido extrair qualquer coisa nas áreas indígenas, mas a exploração ilegal de diamante continua. Madeira, ouro e outras riquezas acabam parando no mercado ilegal. Nem os índios, nem os brancos ganham com isso. O Ministério da Justiça e o governo federal têm que tomar posição para estabelecer a paz e a segurança entre os povos – cobrou.

Solução

Jayme Campos disse haver uma luz no fim do túnel, visto que foi confirmada para o próximo dia 10 uma reunião entre o governador do Mato Grosso, Silval Barbosa, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, parlamentares do estado, prefeitos, sindicatos e produtores rurais:

– A rodovia [MT-206] já foi temporariamente aberta na expectativa de que uma solução negociada ocorra nesta reunião. Temos esperança de que o bom senso prevaleça e se faça justiça, com a revogação do decreto que homologou a ampliação das terras em Apiacás – disse.

REPORTAGEM: Da Redação



Weverton Rocha requer audiência para discutir demarcação de terra indígena no Maranhão

SÍTIO PDT NA CÂMARA, 03.07.2013

A Comissão da Amazônia aprovou nesta quarta-feira (3/7) um requerimento do deputado Weverton Rocha (PDT-MA) para realizar uma audiência pública com o objetivo de discutir a demarcação, homologação e ampliação das terras indígenas de Governador de Amarante e Awá-Guajá, no Estado do Maranhão.

Foram convidados a participar da audiência o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso; o deputado Sarney Filho; o Ministro das Minas e Energia Edson Lobão; os prefeitos de Amarante, Fernando Falcão e São João do Caru, no Maranhão; e, representantes de entidades destes municípios.

Segundo o deputado, questões envolvendo terras indígenas têm se tornado cada vez mais frequentes, gerando manifestações e, em alguns casos, invasão de prédios públicos. Ainda de acordo com ele, esses conflitos são motivados por divergências entre identificações, delimitações e demarcações de terras, que muitas vezes afetam terras particulares, assentamentos rurais e até mesmo áreas urbanas já consolidadas.

O deputado Weverton relata os estudos realizados para a criação e demarcação da terra dos povos Awá-Guajá afetará a vida de cerca de 40 mil pessoas e irá envolver diversos municípios. "A FUNAI, responsável pelo trabalho de demarcação dessas terras, vem muitas vezes conduzindo tais processos de forma pouco transparente e sem a participação da população", salientou.

Para o deputado, esta audiência, com data ainda a ser confirmada, irá esclarecer as dúvidas com relação ao processo, para depois então ser estabelecido um acordo que possa tranquilizar a população afetada.

REPORTAGEM: Ascom Lid./PDT